



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

---

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

# **BOLETIM DO MP NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA**

**NÚMERO 3  
Julho-Setembro 2025**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

---

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

***Informação sobre acesso às peças processuais:***

*Nota: por força de dificuldades, na presente data, relativamente ao acesso ao SITAF e MP CODEX, o acesso às peças processuais divulgadas neste número é feito exclusivamente pelo **SIMP**.*

*Dificuldades no acesso ou pedidos de elementos devem ser feitos para o [dcceicd@pgr.pt](mailto:dcceicd@pgr.pt); identificando o número do boletim e da ação.*

**SUMÁRIO**

***Nota de Abertura***

**I. AÇÃO PÚBLICA**

**1. TAF ALMADA**

- I. Parque Natural da Arrábida;
- II. Paisagem protegida;
- III. Licenciamento urbanístico – recuperação de ruínas;
- IV. Pareceres favoráveis;
- V. Ação pública contra município de Setúbal e contrainteressado;
- VI. Decisão da 1.ª instância (procedência).

**2. TAC LISBOA**

- I. Oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa;
- II. Menores filhos de progenitor, entretanto naturalizado português;
- III. Ónus da prova;
- IV. Alegações de recurso do Ministério Público;
- V. Decisão do TCA Sul (improcedência).

**3. TAF ALMADA**

- I. “Rave party” – Areias Brancas – Quinta do Anjo;
- II. Requerimento do Ministério Público para suspensão da Licença Especial de Ruído;
- II. Decisão da 1.ª instância (improcedência)



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

**4. TAC LISBOA**

- I. Hotel – Lisboa;
- II. PDM municipal;
- III. Licenciamento urbanístico;
- IV. Alegações de recurso da sentença da 1.ª instância.

**II. PARECERES**

**1. TAF SINTRA**

- I. Monumento Natural de Carenque; Jazida de pegadas de dinossauros;
- II. Competências da autoridade nacional para a preservação e conservação de área protegida de âmbito nacional;
- III. Impugnação da inação da administração (ICNF e Município de Sintra) por vários cidadãos;
- IV. Parecer do Ministério Público (procedência parcial);
- V. Decisão de 1.ª instância (procedência parcial).

**2. TAF LOULÉ**

- I. Ribeira de Aljezur;
- II. Domínio Hídrico;
- III. Limpeza com herbicidas;
- IV. Impugnação, por associação de defesa ambiental, da ação da administração (ICNF, APA e Município de Aljezur);
- V. Avaliação de incidências ambientais;
- Vi. Parecer do Ministério Público.

**3. TAF SINTRA**

- I. Aposentação compulsiva;
- II. Agente da PSP;
- III. Factos dados como provados em processo penal;
- IV. Impossibilidade de manutenção do vínculo laboral;
- V. Parecer do Ministério Público (improcedência);
- VI. Decisão da 1.ª instância (improcedência).



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

**4. TAC LISBOA**

- I. Obras coercivas por ordem municipal;
- II. Ação de impugnação de ordem municipal;
- III. Parecer do Ministério Público (diligências complementares).

**III. REPRESENTAÇÃO DO ESTADO**

**1. TAF SINTRA**

- I. Danos em transporte de bens de funcionário;
- II. Responsabilidade civil contratual e extracontratual;
- III. Contestação em representação do Estado Português;
- IV. Efeitos da citação de um Ministério em ação anterior.
- V. Prescrição do direito à indemnização.

**2. TAF LOULÉ**

- I. Danos pessoais por queda de arribas;
- II. Responsabilidade civil extracontratual;
- III. Colocação do lesado em situação de risco.
- IV. Contestação em representação do Estado Português.

**3. TAC LISBOA**

- I. Nacionais na faixa de Gaza;
- II. Danos pessoais por omissão de auxílio do Estado Português;
- III. Responsabilidade civil extracontratual;
- IV. Contestação em representação do Estado Português.

**4. TAC LISBOA**

- I. Extinção do SEF e destino dos funcionários;
- II. Danos pelo exercício da função político-legislativa do Estado;
- III. Responsabilidade civil extracontratual;
- IV. Contestação em representação do Estado Português.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

#### IV. DIVERSOS

1. ***"O Gabinete de Apoio aos Magistrados do Ministério Público na jurisdição administrativa"***,  
Arquiteto José Paulo Jacinto
2. ***"Repercussão de tributo municipal por empresa privada no consumidor final"***,  
Procuradora da República Catarina Valente
3. ***"Conclusões do II encontro dos TAF Norte e Centro"***. – Vários magistrados do Ministério Público das áreas dos TAF Norte e Centro.





## **NOTA DE ABERTURA**

A atividade da administração pública, seja por ação ou por omissão, é passível de apreciação pelos tribunais.

Quando estão em causa valores de natureza supraindividual — como a saúde pública, o urbanismo, o ordenamento do território ou a proteção do ambiente — essa sindicância cabe amplamente ao Ministério Público, nos termos do artigo 9.º, n.º 2 do CPTA.

Embora simples, estas afirmações ainda não se encontram plenamente consolidadas.

Persistem fatores que as condicionam: por um lado, a formação jurídica de gerações que cresceram sob a influência da doutrina de Marcello Caetano, segundo a qual seria impensável que um tribunal judicial questionasse as opções da Administração; por outro, a escassez de meios humanos, que leva a que em alguns tribunais administrativos apenas um magistrado do Ministério Público assegure o serviço.

E, no entanto...

A presente edição do *Boletim do Ministério Público na Jurisdição Administrativa* revela uma realidade de efetiva sindicância da função administrativa.

A preservação da paisagem protegida da Serra da Arrábida (Setúbal), a salvaguarda do acesso ao Monumento Natural de Carenque (Sintra) e aos seus vestígios de dinossauros, o respeito pelo silêncio noturno em face de eventos musicais prolongados, e a defesa dos planos municipais perante projetos que os afrontam, são exemplos da atuação processual empenhada do MP, por vezes determinante — e que aqui se partilham.

Essas intervenções, a par dos pareceres emitidos em defesa da legalidade e das atuações em representação do Estado Português (demandado pelas mais diversas razões, como também aqui se dá a conhecer), dão corpo à missão de defesa da legalidade e do interesse público.

Continuamos, pois, a convidar todos os Colegas a partilhar as suas experiências e contributos, refletindo o compromisso e a relevância da nossa atuação na jurisdição administrativa.

**A Equipa do BMPJA**